

A República do capital: capitalismo e processo político no Brasil

Décio Saes

Capitalismo e processo político no Brasil contemporâneo

Francisco Pereira de Farias*

Em sua reflexão sobre o “campo político”, Pierre Bourdieu chama a atenção para duas posturas insatisfatórias na análise da representação política de interesses coletivos: a rigidez de esquemas classificatórios e o descritivismo conjuntural (Bourdieu, 1981). No conjunto de ensaios em *A República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*, Décio Saes encaminha uma estratégia de resposta ao desafio posto pela crítica à análise das relações de classe no campo político.¹ Em linhas gerais, o autor procura articular as determinações estruturais da história com os elementos de uma conjuntura através do conceito de processo político.

Saes distingue três dimensões no processo político: uma comportamental, outra institucional e uma outra ideológica. A primeira dimensão diz respeito à orientação das políticas governamentais frente aos interesses coletivos. As medidas econômicas e sociais do Estado suscitam a emergência de grupos opostos na cena política, que lutam em defesa de seus interesses. Numa conjuntura de estabilidade da ordem social, tais interesses de grupos são constituídos essencialmente por *frações de classe*. Quanto a esse aspecto, a análise enfrenta algumas questões-chave, a saber: qual (quais) desses interesses de frações vem (vêm) a ser hegemônico(s) no conjunto das políticas estatais, e como se forma e se sustenta tal hegemonia? A segunda dimensão do processo político se refere à configuração das instituições políticas: o tipo histórico de Estado, a forma de Estado, o regime político. Sobre esse aspecto, a análise orienta-se por questões tais como: dado o tipo histórico de Estado, quais classes ou frações do bloco no poder estão excluídas de aspirar a hegemonia política? Qual a relação entre a hegemonia política e a forma do Estado/regime político? A terceira dimensão se relaciona às ideologias políticas, na sua relação com a orientação das políticas governamentais (e, assim, também com os interesses coletivos). Encontra-se

* Doutorando em Ciências Sociais na Unicamp.

¹ O livro compõe-se de um texto introdutório e de sete ensaios. Redigidos em momentos diferentes, os ensaios são os seguintes: “Florestan Fernandes e a revolução burguesa no Brasil”; “A questão da ‘transição’ do regime militar à democracia no Brasil”; “Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80”; “Populismo e neoliberalismo”; “A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual”; “Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas”; “A evolução do Estado no Brasil (uma interpretação marxista)”.

nessa linha a questão de como explicar as características definidoras dos padrões político-ideológicos (populismo etc.).

O autor explora os tipos de questões acima a partir do estudo do capitalismo no Brasil. Embora as dimensões dos comportamentos de grupos, das normas institucionais e das ideologias sejam interdependentes, destacaremos aqui, por razão de espaço, a análise quanto à primeira delas, isto é, os impactos das políticas governamentais sobre os interesses coletivos.

No ensaio “Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80”, Saes aborda o problema da constituição de um sistema hegemônico em uma formação social capitalista, analisando como se articulam e se hierarquizam as diversas clivagens no interior da classe dominante. Ele mostra que a política econômica do Estado, no Brasil após 1964, opera em múltiplos planos. Em primeiro lugar, ela aglutina os interesses de frações do capital nos planos do mercado e da escala de operações, opondo o grande capital monopolista ao médio capital não-monopolista. O golpe de 1964 representou a vitória, no nível da política econômica, da diretriz concentradora e centralizadora do capital em suas várias frentes de atividade (indústria, bancos, comércio). É a época de expansão dos monopólios não apenas na indústria, mas também nas atividades comercial e bancária. Em segundo lugar, a política econômica dos governos pós-1964 passou a privilegiar os interesses do capital bancário em detrimento do setor industrial. Um indicador disso foi a dominância do caráter monetarista na orientação da equipe econômica dos governos desde então. Poder-se-ia acrescentar uma terceira dimensão à caracterização do sistema hegemônico no Brasil pós-1964, que na verdade aparece referida no segundo ensaio acima aludido. Trata-se da oposição entre os interesses estrangeiros e os interesses internos ao espaço nacional. Nesse terreno, o fiel da balança da política econômica foi mais favorável aos capitais nacionais do que aos estrangeiros. Uma demonstração de força dos setores *internos* foi a resistência, até o governo Figueiredo, em submeter a política econômica do país aos ditames do FMI. Portanto, o sistema de interesses hegemônicos estava composto no período pelo grande capital, burguesia monopolista, capital bancário, burguesia interna. A força dirigente do sistema hegemônico, no Brasil do regime militar, tendia a ser aquela que se constituía na interseção dessas múltiplas dimensões do capital, ou seja, a *grande burguesia monopolista bancária interna*.

Isso não significa que a cada momento do processo de tomada de decisões da política econômica essa fração do capital estivesse presente na cena política, nem tampouco a sua eventual presença como força social devia se fazer sempre pelos mesmos representantes políticos. Em parte, o núcleo estratégico da burocracia do Estado, pelo conteúdo do conjunto das decisões de política econômica ao longo do período militar, desempenhava o papel de representante dos interesses gerais daquela força dirigente. Em outros momentos, como naqueles de escolha ou substituição dos ministros das pastas

principais da área econômica, constituíam-se os representantes diretos (Febraban, grupo parlamentar) da fração dirigente, atuando na defesa do centro do sistema de interesses hegemônicos.

Em “Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas”, Saes apresenta as mudanças ocorridas no bloco no poder a partir da redemocratização dos anos 80: “já na segunda metade da década de 1980 – isto é, durante a ‘Nova República’ – vai se definindo progressivamente a tendência ao estabelecimento de um novo *arranjo interno* no sistema hegemônico de interesses monopolistas. Esse novo arranjo interno apresenta duas características fundamentais: a) agora é o capital *financeiro* internacional – e não mais o capital puramente *bancário*, até então de origem em grande parte nacional – quem dirige o sistema de interesses monopolistas; b) o ‘tripé’ fundamental da economia capitalista brasileira pós-64 se desfaz: os interesses ligados à *preservação* da empresa estatal e da empresa monopolista privada nacional passam a ser cada vez menos levados em conta no terreno do processo decisório estatal” (Saes, 2001: 129-130).

Além de fazer uma caracterização detalhada e original do quadro de forças dominantes no capitalismo brasileiro contemporâneo, Décio Saes desenvolve, em sua análise, o conceito de *hegemonia política*. Em primeiro lugar, cabe destacar a adição de um critério operacional a esse conceito - definido originariamente por Nicos Poulantzas como a capacidade de uma classe ou fração fazer valer os seus interesses frente ao conjunto de classes ou frações que compõem o bloco no poder. Mas como aferir a força hegemônica em uma dada conjuntura? Saes explicita como o critério de aferição da hegemonia política se averigua os resultados objetivos das políticas econômica e social do Estado. Em segundo lugar, ele aprofunda a compreensão dos determinantes da hegemonia política. Para ele, além da condição econômica objetiva, faz diferença, na determinação da política estatal, a capacidade organizativa (associativismo, representação partidária) das classes e frações dominantes.

Para concluir, gostaríamos de fazer um breve comentário crítico. Uma dificuldade no argumento geral parece-me a de expor melhor a dupla afirmativa de que a causa principal da emergência de frações de classe dominante na cena política é a política do Estado e, por sua vez, um dos fatores determinantes da política de Estado é a pressão das frações. A aparência de circularidade pode, ao meu ver, ser afastada se se adota uma abordagem que leve em conta os dois planos para os quais a expressão “fração de classe” tende a remeter: de um lado, a fração como ser “potencial”, “virtual” ou “em si” e, de outro lado, a fração como ente “factual”, “efetivo” ou “para si”. Seria enquanto um agrupamento *potencial*, efeito combinado das estruturas econômica e jurídico-política, que a fração teria um papel importante na definição da política governamental, estabelecendo, em certa conjuntura, os limites para as políticas ou um padrão geral de política. Nesse sentido, jogariam um papel secundário para o estabelecimento desse padrão de

política os fatores tais como a origem e as afinidades sociais do núcleo dirigente da burocracia estatal. Já a fração enquanto agrupamento *factual* está orientada em larga medida pelo tipo de política prevalecente na conjuntura. Nesse sentido, inclusive os representantes míopes da fração hegemônica podem se chocar com as diretrizes definidas pela burocracia estatal, a despeito de essa defender os interesses gerais daquela fração.

Por fim, esperamos ter dado ao leitor uma amostra da amplitude temática e das questões tratadas por Décio Saes em *A República do capital*, escrito em estilo claro e com o refinamento de análise característicos de seus trabalhos.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. 1981. "La representation politique: éléments pour une théorie du champ politique". *Actes de la recherche*, n. 36-37.

SAES, Décio. 2001. *A república do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo.